

FHC apresenta projeto que cria juizados especiais

Idéia é acelerar ações que tramitam na Justiça, especialmente contra a União

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ontem ao Congresso mensagem pedindo aprovação, em caráter de urgência, do projeto que cria juizados especiais na Justiça Federal para apreciar processos contra a União. A expectativa é que o projeto seja aprovado ainda no primeiro semestre e seja possível acelerar as ações que tramitam na Justiça, principalmente contra o governo.

Os juizados terão competência para julgar ações que envolvam indenizações de até 60 salários mínimo. Com isso, permitirão que sejam solucionados, por exemplo, cerca de 75% dos processos que estão em julgamento contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“É a grande reforma do Judiciário, é quase revolucionário”, avaliou o advogado-geral da União Gilmar Mendes. “Vamos ampliar o acesso à Justiça e acabar com essa enxurrada de processos nos tribunais superiores”, justificou. “Esses juizados vão facilitar o acesso à Justiça e apressar os processos nas ações previdenciárias”, comentou o presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Nases.

Para Gilmar Mendes, os juizados especiais também ajudarão a coibir a impunidade, já que os processos serão julgados com maior rapidez. Esses pequenos tribunais terão competência para conduzir todo o processo, desde a abertura da ação à conciliação entre as partes e julgamentos. Suas decisões não poderão ser questionadas nas instâncias superiores, exceto



Mendes: ‘É uma reforma no Judiciário, quase revolucionária’

nos casos que haja divergência entre as sessões de recursos.

No geral, segundo o advogado-geral, os processos deverão ser julgados em 6 meses. Ações que envolvam pagamento de precatórios poderão ter a tramitação encurtada em até 18 meses. Atualmente, esses processos demoram, em média, cinco anos para serem concluídos e o pagamento das sentenças depende de medidas burocráticas como inclusão da despesa no Orçamento da União.

O governo e o Judiciário vão reunir-se nos próximos dias para discutir como

implementar os juizados. Ainda não há uma estimativa de custos nem do contingente de juizes que será necessário para pôr os tribunais em funcionamento. Num primeiro momento eles serão instalados em todas as capitais e só depois levados para as grandes cidades. “Deveremos optar pelo remanejamento de servidores”, antecipou Mendes. (D.O.)

EXPECTATIVA
É DE
APROVAÇÃO
ATÉ JUNHO